

Grupo de professores discute propostas

Stefan Barth

Aproximadamente mil professores se reuniram ontem diante do estádio Mané Garrincha para discutir e cobrar os compromissos que foram assumidos pelo governador Joaquim Roriz à categoria durante a greve de março deste ano. São sete pontos, divididos entre um acréscimo de R\$ 300 milhões para a educação no Distrito Federal, a adoção de um programa de habitação próprio para professores, pagamentos de salários atrasados, proposta de plano de saúde, pagamento de auxílio transporte, manutenção dos direitos de remoção, lotação e remanejamento de professores e o pagamento dos dias parados da última greve, desde que as aulas sejam repostas.

Segundo Antônio de Lisboa Vale, membro da comunicação social do Sindicato de

Professores (Sinpro), alguns itens já foram cumpridos, porém, o restante ainda está sendo negociado. Mas é para agilizar a ação do governo em

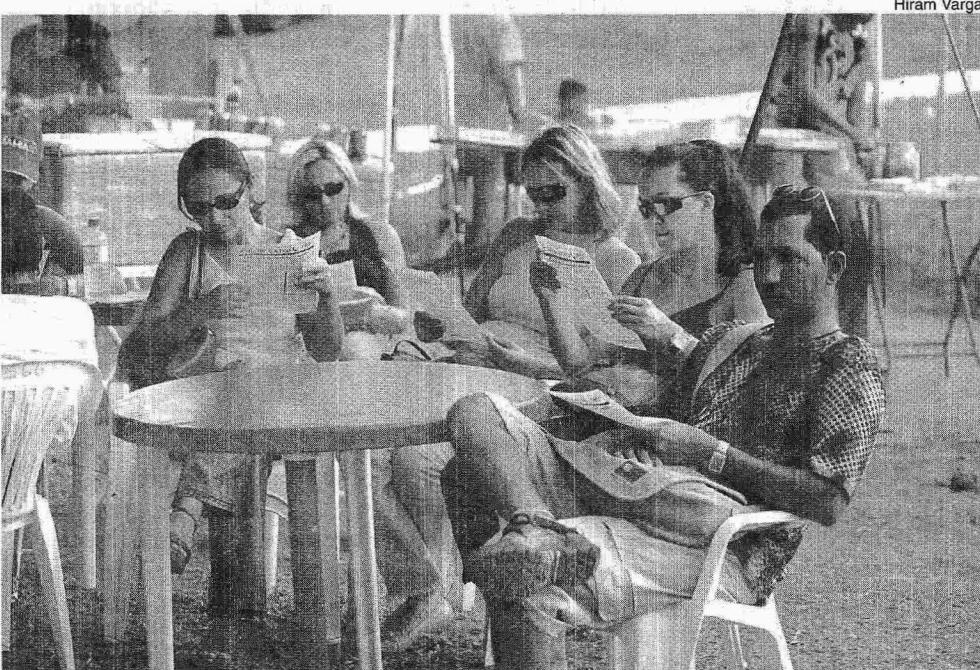
relação a esses que as manifestações dos professores devem continuar. "O professor ainda é um profissional extremamente subvalorizado, com baixos

salários e sem um bom plano de carreira. A manifestação servirá para traçar um plano de protestos para esse segundo semestre para que continue-

mos a exigir do governo nossos direitos", explicou.

Antônio explicou que a escola pública do Brasil começou a perder qualidade na primeira metade do século passado. "Nesse período ela era uma escola elitista, em que os ricos iam para as aulas, e os pobres continuavam analfabetos. Só que com a industrialização foi criada a necessidade de uma educação mínima para os trabalhadores, e a escola pública se massificou. O grande problema é que os investimentos governamentais não aumentaram na proporção necessária, o que gerou uma queda no nível de qualidade, problema que trazemos até os dias de hoje", finalizou Antônio.

Haverá uma nova assembleia no dia 5 de outubro, com um debate sobre a melhor forma de se aplicar os fundos extras da educação conseguidos pelo movimento.



Categoria quer que governo atenda todas as reivindicações

01 SET 2005

TRIBUNA DO BRASIL